



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 86/2013


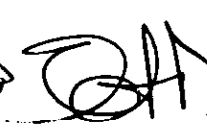
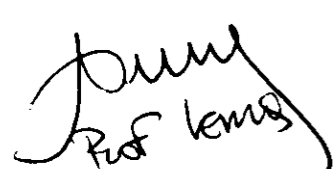
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Trigo, realizada anualmente no último domingo do mês de janeiro no Município de São José dos Pinhais.

**Art. 1º** Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Trigo, realizada anualmente no último domingo do mês de janeiro no Município de São José dos Pinhais.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 02 de setembro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
João Guimarães  
  
Relator  
  
Prof. Lemos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal khury**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 246/2013**

Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil.

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil, estabelecendo as diretrizes para sua consecução.

**§ 1º** Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Síndrome do X Frágil aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por falha de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social e falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

**§ 2º** a pessoa com Síndrome do X Frágil é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

**Art. 2º** São diretrizes da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil:

I – intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com Síndrome do X Frágil;

II – participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com Síndrome do X Frágil e o controle social da sua implementação, acompanhamento e avaliação;

III – atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com a Síndrome do X Frágil, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV – estímulo à inserção da pessoa com a Síndrome do X Frágil no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (estatuto da Criança e do Adolescente);

V – responsabilidade do Poder Público quanto à informação relativa ao transtorno e suas implicações;

VI – incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VII – estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo à Síndrome do X Frágil no Estado.

**Parágrafo único.** Para cumprimento das diretrizes das quais trata este artigo, o Poder Público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

**Art. 3º** São direitos da pessoa com Síndrome do X Frágil:

I – vida digna, integridade física e amoral, livre desenvolvimento da personalidade, segurança e lazer;

II – proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) atendimento multiprofissional;

c) nutrição adequada e terapia nutricional;

d) medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV – acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

**Parágrafo único.** Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com Síndrome do X Frágil incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

**Art. 4º** A pessoa com a Síndrome do X Frágil não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

**Parágrafo único.** Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

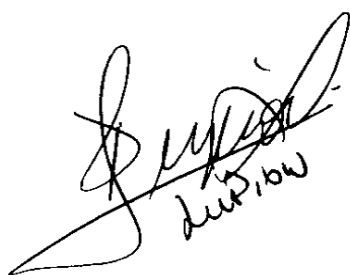
**Art. 5º** A pessoa com Síndrome do X Frágil não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme o art. 14 da Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

**Art. 6º** O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com a Síndrome do X Frágil, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de três a vinte salários mínimos.


**Parágrafo único.** Em caso de reincidência apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

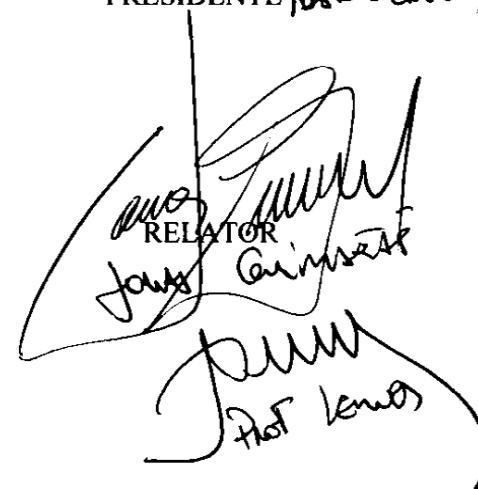
Sala das Sessões, 02 de setembro de 2013.




Roberto Edison



PRESIDENTE Roberto Edison



RELATOR  
João Guimarães



Adilson





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 306/2013**

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Matinhos.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Matinhos, do imóvel constituído pelo Lote de terreno nº 16-C, da Planta Johannes Max Carl Rosener, situado no Município de Matinhos, com uma área total de 2.402,63 m<sup>2</sup>, conforme a Matrícula nº 27.013, do Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Matinhos.

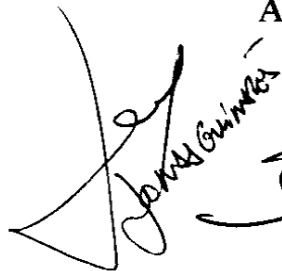

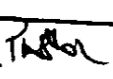

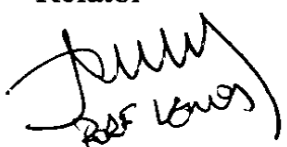
**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a instalação de Praça Pública, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

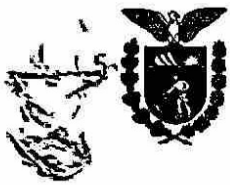
**Art. 3º** O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 02 de setembro de 2013.

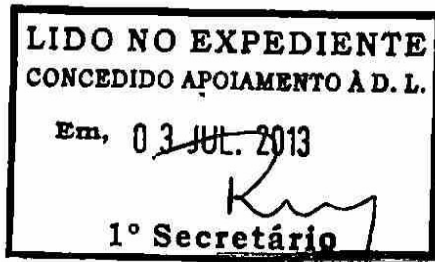
  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
  
Relator    
  
Rafael Loures



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



**CLEITON KIELSE**  
Deputado Estadual

**PROJETO DE LEI 273/13**

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Esperança Resgate Vidas, com sede em Quatro Barras-PR.

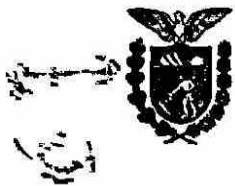
**Art. 1º** - Fica Declarado de Utilidade Pública Estadual Comunidade Esperança Resgate Vidas, com sede e foro no Município de Quatro Barras, Estado do Paraná.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de julho de 2013.

**CLEITON KIELSE**  
Deputado Estadual

15:50 03/07/2013 0055836 DT RESMULC LEXISATVIA DO PR



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



## *JUSTIFICATIVA*

Comunidade Esperança Resgate Vidas, com sede em Quatro Barras, constitui-se na forma de associação civil de interesse público, sem fins lucrativos, de natureza associativa, tem os seguintes objetivos institucionais:

- 1) Comunidade Esperança Resgate Vidas, tem como objetivo,
- 2) Desenvolver ações de acompanhamento de pessoas de ambos os sexos, grupo terapêuticos, psicossociais, AIDS, sexualidade, abuso de substancias psicoativas, promovendo sua recuperação, reabilitação, física, mental, moral, social e reinserção social, orientação sexual,
- 3) Desenvolver e dar prioridade no atendimento direito para apoiar projeto, programas e serviços socioeducativos de proteção e jovens e adultos (ambos os sexos) com transtornos decorres do uso, abuso ou dependência de substancias psicoativa,
- 4) Apoiar os recursos para apoiar projetos, programas e serviços socioeducativos preventivos e para crianças de 12 anos de idade incompletos e adolescentes aqueles entre 12 anos completos até dezoito anos, meninos e meninas de rua, usuários de substancias psicoativas, vitimas de violência, exploração sexual, trabalho perigoso, insalubre ou penoso,
- 5) Aplicar excepcionalmente, recursos para apoiar projetos, programas e serviços socioeducativos preventivos às pessoas entre 18 anos e 21 anos de idade, meninos e meninas de rua, usuários de substancias psicoativas vitimas de violência, exploração sexual, trabalho perigoso, insalubre ou penoso, nos termos do paragrafo único, do artigo 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações,



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Kielse

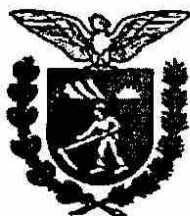


a defesa de pessoas consideradas dependentes químicos (drogas, álcool e outras substâncias psicoativas), no município de Morretes e região;

Não há dúvida de que o reconhecimento desta Associação como Utilidade Pública Estadual será muito importante para o melhor funcionamento da entidade.

Em face dos argumentos ora lançados, que julgamos de suma relevância para o Município, é que solicito o apoio aos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação do presente projeto de lei.

Atenciosamente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 273/2013**

Projeto de Lei nº. 273/2013  
Autor: Deputado Cleiton Kielse

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Esperança Resgate Vidas, com sede em Quatro Barras-PR.*

**EMENTA:** *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielsen, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Comunidade Esperança Resgate Vidas, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º** A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 16 de Julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

APROVADO

16/07/13

Praça Nossa Senhora da Saletе s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Curis  
Dep. Traiano  
Dep. Nereu  
Dep. Pastor  
Dep. Marinho





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*Comissão de Constituição e Justiça*



Pác

68 ~

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 273/2013**

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 273/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** - Declara de Utilidade Pública Estadual a **Comunidade Esperança Resgate Vidas**, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

**Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a *Comunidade Esperança Resgate Vidas*, com sede no Município de Quatro Barras e foro no Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.**

**Art. 2º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16 de Julho de 2013.

~~DEPUTADO NELSON JUSTUS~~

**PRESIDENTE**

~~DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA~~

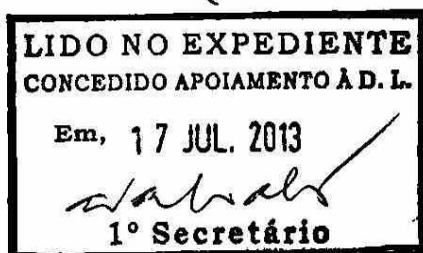
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

06/07/13





PROJETO DE LEI Nº 314/13

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação Fukuoka do Sul do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º. - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Fukuoka do Sul do Paraná com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2013.

  
LUIZ ACCORSI  
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO FUKUOKA DO SUL DO PARANÁ é uma associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, destina-se a congregar todas as pessoas naturais da Província de Fukuoka e de outras Províncias do Japão, radicadas no Brasil, seus descendentes e demais integrantes, com sede e foro na cidade de Curitiba, na Al. Muricy, 474 – 4º andar – conj. 42a, fundada em 25 de fevereiro de 1987.

Como característica especial, destaca-se em promover a recuperação, a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Pelo trabalho que a entidade vem prestando à comunidade, através de um trabalho incansável e permanente de seus membros e toda a comunidade nipônica, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os Nobres Colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

  
LUIZ ACCORSI  
DEPUTADO ESTADUAL



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 314/2013**

Projeto de Lei nº. 314/2013  
Autor: Deputado Luiz Accorsi

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA DO SUL DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual à **ASSOCIAÇÃO FUKUOKA DO SUL DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
  
  
  
  
**APROVADO**

06/08/13



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI Nº 361/13

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Jorge do Ivaí.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São Jorge do Ivaí, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído pelos Lotes 01 a 10 da Quadra 99, no Distrito de Copacabana do Norte, com área total de 6.400,00 m<sup>2</sup>, conforme Transcrição das Transmissões nº 1.579, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguaçu.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado pelo referido Município exclusivamente para o desenvolvimento de ações e programas voltados para a alimentação escolar (PNAE).

Parágrafo único. O imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

**Art. 3º** O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13<sup>de</sup> agosto de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.

Em, 15/08/2013

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**MENSAGEM**

Nº 081/2013

Curitiba, 13 de agosto de 2013

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 19 AGO. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São Jorge do Ivaí, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído pelos Lotes 01 a 10 da Quadra 99, no Distrito de Copacabana do Norte, com área total de 6.400,00 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 1.579, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguaçu.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para o desenvolvimento de ações e programas voltados para a alimentação escolar (PNAE).

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o referido Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrario o imóvel também retornará ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.852.715-1





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Gabinete do Deputado Nereu Moura*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 361/2013**

**Projeto de Lei nº 361/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 81/2013**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de São Jorge do Ivaí.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 81/2013, visa efetuar a doação ao município de São Jorge do Ivaí, do imóvel constituído pelos Lotes 01 a 10, quadra 99, no Distrito de Copacabana do Norte, com área total de 6400,00 m<sup>2</sup>, conforme Transcrição das Transmissões nº 1579, do Cartório de Registro da Comarca de Mandaguaçu, de propriedade do Estado do Paraná.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Gabinete do Deputado Nereu Moura*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Gabinete do Deputado Nereu Moura*



**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Nereu Moura



(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

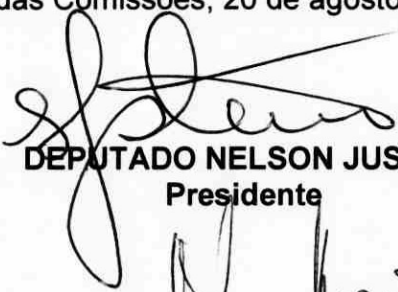
Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.



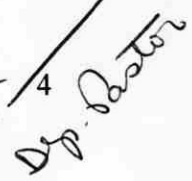

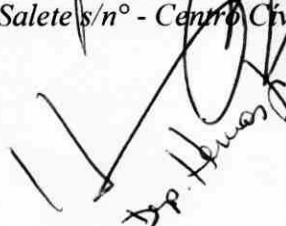
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

20/08/13



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 361/2013**

**Projeto de Lei nº 361/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 081/2013**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São Jorge do Ivaí.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 361/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 081/2013**, objetiva efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de São Jorge do Ivaí no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída de 6.400,00 m<sup>2</sup>, conforme transcrição das transmissões nº 1.579, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguaçu-PR.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 361/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de São Jorge do Ivaí no Estado do Paraná, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o desenvolvimento de ações e programas voltados para a alimentação escolar (PNAE), o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 361/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 081/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I Existência de interesse público devidamente justificado;**  
**(...)**

**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 361/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### **IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de São Jorge do Ivaí, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 361/2013**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**  
**Sala das Comissões em 26 de agosto de 2013.**

*Jonas Guimarães*  
*Tercílio Turini*  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão  
*TERUO KATO*  
Relator  
*Adelino Ribeiro*  
*Pastor Edson Praczyk*  
*Elton Welter*